

Redes latino-americanas de cuidados digitais e a produção de narrativas ético-feminista

Aline Amaral Paz
Sandra Rúbia da Silva

Resumo:

Com o objetivo de apresentar duas redes latino-americanas vinculadas a práticas de cuidados digitais, este artigo propõe uma análise sob o prisma da ética feminista a partir da abordagem metodológica etnográfica com Ciberseguras (representando países da América Latina) e MariaLab (Brasil). Como principais resultados, a pesquisa identifica estratégias comunicacionais desenvolvidas pelas coletivas centradas na produção de narrativas, que podem ser representadas e nomeadas nas seguintes ações: socialização de informações entre mulheres e diversidades sexuais; produção de redes autônomas tecnológicas entre feministas; e redução do impacto das violências na internet contra mulheres e comunidades vulneráveis. Com isso, elaboram sentidos de cuidado e autocuidado digital vinculadas a noções de comunidade, acolhimento, preservação de provas, autonomia tecnológica das mulheres, compartilhamento acessível de conteúdos informativos e produção de conhecimento.

Palavras-chave: Cuidados digitais. Violência na internet. Ética feminista.

Latin american digital care networks and the production of ethical-feminist narratives

Abstract:

With the aim of presenting two Latin American networks linked to digital care practices, this article proposes an analysis from the perspective of feminist ethics using an ethnographic methodological approach with Ciberseguras (representing Latin American countries) and MariaLab (Brazil). As the main results, the research identifies communication strategies developed by the collectives centered on the production of narratives, which can be represented and named in the following actions: socialization of information between women and sexual diversities; production of autonomous technological networks between feminists; and reduction of the impact of violence on the internet against women and vulnerable communities. With this, they elaborate meanings of digital care and self-care linked to notions of community, welcoming, preservation of evidence, women's technological autonomy, accessible sharing of information content, and knowledge production.

Keywords: Digital care. Online violence. Feminist ethics.

Aline Amaral Paz

Doutora e Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Professora Substituta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com atuação no curso de graduação em Publicidade e Propaganda.

E-mail: alineamaralpaz@gmail.com

Sandra Rúbia da Silva

Profa. Dra. do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Líder do Grupo de Pesquisa "Consumo e Culturas Digitais".

E-mail: sandraxrubia@gmail.com

Introdução

Na direção de estudos que apontam as tecnologias digitais e a internet como constructos culturais sociotécnicos estruturados com bases ideológicas generificadas (Wajcman, 2012; Natansohn, 2018), este artigo apresenta narrativas de cuidados digitais sob a ética feminista centrado na análise de duas redes latino-americanas. Para isso, sintetiza estratégias comunicacionais criadas por meio da internet, desenvolvidas pelas coletivas Ciberseguras e Maria Lab¹.

Não é novidade, em contextos de relações sociais mediadas por artefatos tecnológicos, que diferentes tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) atravessam a experiência humana e não humana por meio de dispositivos e ambientes online. Esse cenário favorece a criação de espaços exclusivos para a violência contra meninas e mulheres, uma vez que, frequentemente, relações violentas se manifestam de forma livre e amplamente autorizada, além de serem organizadas pelas próprias lógicas algorítmicas das grandes corporações da internet (Van Dijck, 2018; Benjamin, 2019; Natansohn, 2020).

No entanto, esse contexto possibilita a criação de espaços de cuidados digitais voltados à ética feminista, os quais se organizam através de redes focadas em produzir narrativas contraintuitivas à lógica patriarcal. Embora fundadas em um cenário de comunicação transnacional, essas redes são protagonizadas por atores sociais da América Latina, destacando-se as iniciativas centradas na produção de ações como eventos, seminários e conteúdos informativos, que atendem a diversos tipos de combate à violência e oferecem orientações práticas para lidar com tais situações na internet. Além disso, fornecem meios educativos para promover a autonomia tecnológica de mulheres e diversidades sexuais.

Sob essa ótica, pensar em cuidados digitais, de acordo com Natansohn e Goldsman (2018), envolve entender que, além da compreensão de problemas técnicos, como privacidade, venda massiva de dados e opacidade algorítmica, esses cuidados estão situados na esfera da cultura. Eles se configuram, no mundo contemporâneo como uma insurgência que nos desafia a repensar nossa relação com as tecnologias. Além disso, as autoras concordam que os estudos relativos às culturas digitais são convites para refletir sobre quais lugares ocupamos nas escalas interseccionais e quais noções práticas devemos adotar sob uma perspectiva feminista, para reduzir as relações violentas produzidas na internet.

Nessa direção, por meio da observação participante em ambientes digitais (Hine, 2015) e das perambulações, acompanhamentos e imersões (Leitão e Gomes, 2017), foi possível identificar as narrativas produzidas nas redes observadas e as noções estratégicas comunicacionais de cuidados digitais ético-feministas. Isso ocorreu a partir de três eixos principais: em primeiro lugar, a socialização de informações entre grupos de mulheres e comunidades vulneráveis, considerando suas interseccionalidades; em segundo lugar, a promoção da construção de redes com mais autonomia tecnológica entre feministas; e, em terceiro lugar, a busca por reduzir o impacto das violências digitais, as quais são fundamentadas por desigualdades de gênero.

Duas seções organizam a proposta: as perspectivas relativas a cuidados digitais tecidas por lógicas feministas e as narrativas produzidas nos espaços online das Ciberseguras e MariaLab. Ao final de cada análise, são apresentadas estratégias comunicacionais de cuidados digitais de cada rede, com o objetivo de reduzir o impacto de violências e construir territórios feministas tecno-preparados.

Abordagem etnográfica no digital

A pesquisa parte do entendimento de que uma abordagem etnográfica para o estudo da internet pode desenvolver-se através da observação participante, apli-

¹ Link para Ciberseguras: <https://ciberseguras.org/nosotras/>; MariaLab: <https://www.marialab.org/>

cada tanto em ambientes offline quanto online (Hine, 2015; Miller *et al.*, 2016). Isso se torna possível a partir de apontamentos do diário de campo e análise de dados compartilhados nas mídias. Nessa direção, o fazer etnográfico, segundo Hine (2015), é altamente imersivo e adaptativo à condição e contexto. Essa abordagem teórico-metodológica pode ser repensada a cada campo, sendo entendida como um processo de geração de conhecimento que ilumina diferenças culturais.

Leitão e Gomes (2017, p. 45), apontam três abordagens: perambulações, acompanhamentos e imersões. Trata-se de compreender os ambientes digitais como trajetos compartilhados em textos, imagens, hashtags, vídeos, entre outros, através de interesses comuns dos deslocamentos percorridos na rede, produzindo a percepção de uma praça lotada, “um espaço de rápida propagação de informações, imagens, opiniões e rumores, exatamente como o turbilhão de fluxos urbanos das grandes cidades”.

Nessa perspectiva, este artigo é um recorte de uma pesquisa maior que buscou investigar entre os anos de 2019 e 2023, ações violentas na internet decorrentes da exposição de conteúdos íntimos de meninas e mulheres, sem o seu consentimento. Nas perambulações etnográficas foram identificadas as coletivas apresentadas no artigo, com acompanhamento analítico no período de 2020 a 2022. Ciberseguras e MariaLab surgiram a partir de pesquisas e buscas online realizadas pelas autoras, com o intuito de encontrar meios digitais de combate às violências direcionadas às mulheres. Além disso, foram escolhidas por representarem narrativas contraintuitivas sob uma ótica feminista, servindo como meio e recurso para meninas e mulheres que buscam combater ações e crimes de exposição de imagens íntimas sem autorização, entre outras violências digitais.

Diante do exposto, o objetivo foi analisar como e com quais ações, as coletivas produzem espaços digitais por meio de seus processos comunicacionais na internet, criando e compartilhando conteúdos focados em instruir e ajudar mulheres e comunidades vulneráveis. Para o estudo, se priorizou a análise em uma rede brasileira, a Maria Lab, e em outra, Ciberseguras, que pudesse apontar demais espaços digitais na América Latina. A análise se desdobrou na identificação das estratégias utilizadas nesses territórios, vinculados a ativistas latino-americanas, além de apontar outras redes (apresentadas na Tabela 1), que podem servir para trabalhos futuros.

Ética feminista de cuidado em culturas digitais

A proposta da ética feminista questiona modelos epistemológicos que colocam em pauta a construção de conhecimento sustentada pela ideologia patriarcal. Nesse sentido, a ética feminista envolve processos de desconstrução e ruptura teórica e prática em todos os aspectos sociais, propondo um olhar centrado nas reproduções de gênero, sempre interseccionadas por raça, classe, entre outros produtores de desigualdade. Montiel (2013), ao tratar de ética e estudos feministas no campo da comunicação, chama a atenção para a necessidade de enxergar os estudos de gênero para além de uma categoria, o que implica uma perspectiva teórico-política imprescindível para as análises de processos comunicacionais, estruturais e relações de poder.

Ao rememorar a ética ocidental, Montiel (2013) aponta como os critérios fundamentados por filósofos ao longo da história construíram uma abordagem ética do patriarcado. Esse modelo se desinteressa pelas temáticas sobre e com as mulheres, delegando à feminilidade práticas ligadas à espera privada e doméstica, em oposição aos assuntos ditos masculinos – da esfera pública e política –, e, com isso, postulando a incapacidade das mulheres para a produção de conhecimento. Esse processo histórico produziu uma razão moral que valoriza

o masculino em detrimento do feminino, o que, em outras palavras, configura-se como um sistema de oposição e negação para o exercício generificado.

Em outra direção, a ética feminista fez contribuições significativas ao rearticular essas lógicas e introduzir questões em torno da violência e da sexualidade, possibilitando a abordagem ético-feminista do cuidado. Em diálogo com Gilligan (1982), Montiel (2013, p. 8) afirma que "a ética do cuidado repousa na premissa da responsabilidade para com os outros."

A ética do cuidado sob a perspectiva feminista utiliza como chave analítica a lente de gênero e as diferentes intersecções que atravessam a experiência das mulheres e diversidades raciais, étnicas e sexuais. Portanto, essa abordagem se distancia das concepções que se afirmam neutras e isentas de práticas políticas, implicadas diretamente na vivência das mulheres, nas quais o cuidado e o autocuidado se contrapõem aos princípios da ética ocidental, como racionalidade, universalidade, individualismo e objetividade.

Castro (2021), em seu estudo com mulheres ativistas no universo online durante a pandemia da Covid-19, aborda o cuidado e o autocuidado entre mulheres e as interações mediadas pela internet. A autora aponta a noção de prática pedagógica do feminicídio como um processo cotidiano de naturalização da violência contra as mulheres. Esse processo é administrado no âmbito privado e familiar, mas se estende para todos os espaços e ambientes sociais, mobilizado pela ideologia de gênero que pressupõe a inferioridade feminina em oposição à superioridade masculina. Nesse contexto, o cuidado e o autocuidado entre mulheres nos espaços online desenvolvem-se a partir de narrativas e práticas de resistência à pedagogia feminicida. Nos termos de Segato (2018), trata-se de pensar e exercitar em todos os territórios, ações de contra-pedagogias da crueldade.

Para a autora, as pedagogias da crueldade são organizadas pelo mandato de masculinidade, no qual todo corpo que se opõe a esse mandato sofre punição, perseguição, condenação moral e merece ser castigado por não obedecer às ordens patriarcais. O mandato se constitui a partir do corporativismo masculino, da baixa empatia, da crueldade, do burocratismo, do distanciamento, da formalidade, da universalidade, da neutralidade, da dessensibilização e de vínculos limitados. Segato (2018, p. 16) ressalta a importância das redes entre mulheres, afirmando que "uma contra-pedagogia da crueldade trabalha a consciência de que somente um mundo de vínculo e comunidade estabelece limites para a objetificação e coisificação da vida".

Natansohn e Reis (2020) dedicam-se ao estudo do conjunto de práticas relacionadas aos cuidados digitais desenvolvidos na internet por coletivas, bem como às estratégias ativistas por elas empregadas em rede. As autoras destacam não apenas a intensificação das violências contra mulheres e minorias nos ambientes online, mas também a violência sociotécnica perpetrada por atores não humanos, códigos e processos tecnológicos que são ativados como mais uma forma de exercício violento, privilegiando poucos e perpetuando narrativas misóginas.

Entre os cuidados digitais mencionados pelas autoras, encontram-se as ferramentas de comunicação digital, que são ativadas por manuais e aplicativos que abordam práticas seguras na internet. Além disso, são realizadas ações presenciais e semipresenciais voltadas para cuidados digitais e segurança online. Nesse contexto, ativistas digitais organizam-se em redes de colaboração e acolhimento, elaborando estratégias baseadas na perspectiva feminista da ética do cuidado, a qual defende que todas as pessoas são vulneráveis, possuem fragilidades e estão interdependentes.

Nessa direção, as autoras identificam as discrepâncias e rupturas entre as práticas tradicionais de *hackers* e as ações realizadas por ativistas sob a ética feminista do cuidado. Essa análise revela três áreas de atuação ativista na internet: o engajamento em iniciativas para promover a formação técnica e a

visibilidade das mulheres na tecnologia; a elaboração de manuais; e o desenvolvimento de *hardwares* e *softwares* de código aberto. As autoras destacam que, para além das organizações que buscam mudanças sociais, a ética do cuidado liderada por mulheres feministas precisa desenvolver estratégias de resistência às novas formas de violência digital que surgem na contemporaneidade (Natansohn e Reis, 2020).

Outros fenômenos se manifestam por meio de ataques direcionados contra mulheres e comunidades minoritárias, tais como *ciberchantagem*, *cyberstalking*, *cyberbullying* e disseminação não autorizada de dados e imagens, além das ações de *trolls*. Isso ressalta a importância dos afetos na cultura ética do cuidado feminista. Conforme afirmado por Natansohn e Reis (2020, p. 23), "os afetos, na ética hackfeminista do cuidado, adquirem relevância e se tornam código; as emoções são parte da conduta e do juízo moral, que não podem ser compreendidos como objetivos e imparciais, mas sim localizados e situados".

A disparidade de gênero incorporada às tecnologias, resulta nas desigualdades que constituem as culturas digitais. A história dos jovens do "Vale do Silício" e os desdobramentos tecnológicos resultantes das origens desses artefatos são bem conhecidos. A invisibilidade e escassez de mulheres na sociedade da informação e da tecnologia marcam a exclusão sistemática delas nesses espaços, principalmente quando se trata da participação em decisões sobre a infraestrutura física e lógica das plataformas. Conforme observado por Natansohn (2013, p. 19), a desigualdade de gênero nas tecnologias digitais é global.

Ferreira (2015), em sua pesquisa sobre feminismos na web com o blog "*Blogueiras Feministas*", argumenta que a internet possibilitou a mobilização de redes de comunicação a partir de práticas de criação e consumo, as quais funcionam como instrumentos de ação política e redes de identificação. Para a autora, as teias político-comunicacionais organizadas na internet produzem um espaço para re-articulações sobre pautas emergentes nos feminismos, como a articulação das diversas noções de violência.

A pesquisa de Ferreira (2015) mostra como mulheres jovens em trajetórias universitárias têm forte atuação nessas discussões feministas nos espaços digitais, bem como na produção de discursos e gramáticas que problematizam questões relevantes para as pautas das mulheres. Natansohn (2013), alinhada ao pensamento de Wajcman (2012), afirma que precisamos questionar todo o funcionamento do sistema tecnológico e científico das instituições sociais, que são estruturalmente resistentes à presença das mulheres.

Nesse contexto, ocupar espaços em territórios digitais torna-se um meio e uma ferramenta para a construção de diálogos e narrativas que despertem mobilizações em prol da vivência segura e colaborativa entre mulheres e minorias. Estas, articuladas, resistem e combatem as violências contra elas gestadas na internet.

Ciberseguras e Maria Lab

Os ambientes conectados são espaços de convivência nos quais coexistem práticas dos ambientes offline. Nessa direção, entendemos a internet incorporada e corporificada no cotidiano (Hine, 2015), criando lugares de produção e reprodução de narrativas. Os discursos consumidos nesses espaços reverberam e mobilizam práticas que podem reforçar violências, colaborando para os índices de feminicídio. No entanto, também podem ajudar a construir novos sentidos e significados em prol de uma cultura menos sexista e misógina.

A partir dessas perspectivas, perambulamos nas redes a) Ciberseguras e b) MariaLab com o intuito de destacar as narrativas de cuidados digitais sob uma ótica ético-feminista, bem como as estratégias para enfrentar as violências na internet.

a) Ciberseguras: “a tecnologia é nossa”

As Ciberseguras se configuram como um espaço digital que reúne recursos e ferramentas de segurança e privacidade. Por meio da produção de conteúdo no site e em outras plataformas descentralizadas, organizadas por grupos de mulheres, como *Clandestina*, *Ciberfeministas*, *Derechos Digitales*, *Take Back The Tech*, *Luchadoras*, *NodoComun*, *Social TIC*, *Dones Tech* e *Acoso.online*, são mapeados e divulgados materiais relacionados aos cuidados digitais com o objetivo de reconfigurar a internet, levando em consideração as experiências das mulheres. Na Tabela 1, é possível observar um breve perfil e link de acesso para leitores/as interessados/as em conhecê-las:

Tabela 1: Redes e links de acesso.

Rede	Perfil	Link de acesso
Clandestina	Clandestina é uma servidora ativista feminista que oferece hospedagem para sites de coletivas, organizações e movimentos sociais feministas baseados na América Latina.	https://www.clandestina.io/
Ciberfeministas	Ciberfemintas Guatemala é uma coletiva, formada por mulheres e gêneros não binários, que surgiu da preocupação com as tecnologias e a forma como as mulheres as abordam. A internet, aquele meio que nos prometia relações horizontais, transformou-se num ambiente privatizado, ultraconcentrado e de hipervigilância, no qual as mulheres são, mais uma vez, excluídas.	https://ciberfemgt.noblogs.org/
DerechosDigitales	A Derechos Digitales é uma organização latino-americana, independente e sem fins lucrativos, fundada em 2005 e que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento, a defesa e a promoção dos direitos humanos no ambiente digital.	https://www.derechos-digitales.org/
Take Back The Tech	Take Back The Tech é um chamado a todos, especialmente mulheres e meninas, para assumir o controle da tecnologia para acabar com a violência contra as mulheres. É um projeto de campanha global e colaborativo que destaca o problema da violência relacionada à tecnologia contra as mulheres, juntamente com pesquisas e soluções de diferentes partes do mundo.	https://takebackthetech.net/
Luchadoras	Coletiva feminista, ocupando o espaço físico e digital.	https://luchadoras.mx/quienes-somos/

Nodo Comun	É uma aliança de comunicadores/as, gestores/as culturais e ativistas que busca estabelecer processos de comunicação focados na criação comunitária, na participação social e na construção coletiva, conectando ideias, pessoas e espaços.	https://nodocomun.org/
SocialTIC	SocialTIC investiga, forma, acompanha projetos e catalisa comunidades multidisciplinares de atores de mudança para que utilizem estrategicamente a tecnologia e informação digital para gerar mudança social. Atua em três áreas de especialidade: dados abertos, segurança digital e infoativismo.	https://socialtic.org/que-hacemos/
Dones Tech	Espaço para repensar a tecnologia e suas representações, sua conexão com o corpo e as subjetividades e sua relação com novas formas de produção, trabalho, afetos, identidades, conhecimentos, desejos, sentimentos, ações. Um estudo que parte da análise de dados, informações e pesquisas existentes em nível internacional e que aborda práticas reais e cotidianas	https://donestech.net/
Acoso Online	Este projeto nasce como resposta urgente e voluntária a mulheres heterossexuais e pessoas LGBTIQ, que, dia após dia, sofrem violência de gênero em razão da publicação não consentida de imagens e vídeos sexuais ou eróticos. Este é o primeiro site da América Latina que oferece informações sobre esse tipo de violência de gênero.	https://acoso.online/brasil/

Fonte: Elaborado pelas autoras

Com o propósito de identificar riscos e ameaças para reduzir danos e construir estratégias seguras na vida conectada, entendem a tecnologia digital como ferramenta de luta, sabendo que “hoje nossos corpos também são digitais”. Seguindo esta premissa, afirmam: “Bem-vinda a este espaço de amor e cuidado, onde nós construímos a partir da autonomia. Contra o medo, a força! Não aos mitos, sim aos feitiços! A tecnologia é nossa!” (Ciberseguras, 2022).

Na seção intitulada “Materiais” na plataforma, é possível encontrar artigos científicos, manuais, materiais de encontros realizados remotamente, relatórios sobre violência de gênero na internet, guias de segurança digital, conteúdos audiovisuais e links de acesso para outros sites. Nessa mesma seção também estão disponíveis materiais de oficinas, como a “Oficina Feminista de Segurança Digital” e “Meus Dispositivos, Minhas Contas, Minhas Regras”, conduzidas por Imilla Hacker durante o “Encuentro Aquelarre Subversiva”,

visando a busca por espaços mais autônomos e ferramentas de proteção nas comunicações digitais.

Outras oficinas são oferecidas, tais como "Violência online contra a mulher" e "Vigilância e direito à privacidade", ministradas por Florencia Goldsman e Graciela Natansohn. O objetivo é demonstrar que a violência contra a mulher nos ambientes digitais vai além da violência histórica e patriarcal, manifestando-se em novos formatos e espaços. Essa violência está conectada a conceitos como vigilância em massa e direito à privacidade na internet.

Na seção "Contra a Violência", são apontadas formas de reconhecer e alertar sobre violências contra mulheres na internet, incluindo ações como insultar, envergonhar, caluniar, desacreditar, silenciar, censurar, chantagear e extorquir. Além disso, são apresentadas ações e estratégias para combater esses tipos de violência, sugerindo diversos materiais, como textos, links, documentos e imagens, bem como recomendações práticas de segurança e autocuidado digital.

Com a criação de um "Glossário" produzido coletivamente, são identificados tipos de violência e recomendações para autodefesa, incluindo técnicas de privacidade e segurança. Este glossário descreve estratégias para enfrentar ataques baseados em insulto, vergonha e chantagem, com um enfoque nos aspectos tecnológicos. A imersão na rede das Ciberseguras permite a delimitação das principais noções estratégicas de cuidados digitais sob a ética feminista, evidenciada na produção de narrativas por meio da rede.

Tipos de violência online se manifestam na internet por meio de indivíduos ou grupos. Exemplos incluem assédio de gênero online, discurso de ódio e discurso perigoso. Este último engloba ações como roubo de identidade, falsas acusações, perseguição, humilhação, coação para práticas não consensuais, chantagem e divulgação não autorizada de imagens íntimas. Ao descrever esses tipos de violência, são sugeridas ações e iniciativas de legítima defesa, bem como a produção de dados, documentos e informações sobre direitos civis e políticos.

Além disso, são apontadas redes de apoio e solidariedade, projetos de denúncia, paródias e discursos contraditórios. Também é destacado como as ferramentas tecnológicas podem facilitar a ocorrência de determinadas violências, como ataques individuais e coletivos a plataformas com conteúdo feminista, tornando públicas e acessíveis informações e redes disponíveis em situações de ataque na internet. Essas redes estão preparadas com suporte e recursos específicos para diversos casos e podem ser visitadas a partir dos links disponibilizados na Tabela 1.

As estratégias narrativas da rede estão conectadas à compreensão de que o debate sobre segurança digital e autodefesa sob uma perspectiva feminista, auxilia na produção de uma comunicação ativa e preparada por meio de contranarrativas. Nesse contexto, torna-se fundamental tornar visível toda a violência de gênero na internet, que se naturaliza por meio de discursos cotidianos. Visibilizar e apresentar opções de cuidado e autodefesa são contradiscursos destinados a reduzir o impacto das violências digitais.

A prática se alia à noção de comunidade para evidenciar que não estamos sozinhas. Criar linguagens e cenários que promovam união e proteção faz parte das estratégias de segurança e cuidados digitais. Nesse sentido, compartilhar experiências e formar redes feministas é um núcleo relevante para uma internet mais segura, que considere as vivências de todas as mulheres.

As narrativas e estratégias produzidas pelas Ciberseguras estão alinhadas com a ética feminista de cuidados digitais, enfatizando o respeito às diferenças, promovendo espaços de aprendizado coletivo e buscando capacitar mulheres para uma ocupação autônoma dos territórios digitais. Ao utilizar narrativas não sexistas, desconstruem o uso totalitário e universal da linguagem masculina, evitam estereótipos de gênero e empregam imagens que promovem autonomia e conhecimento. Assim, afirmam que a criação de novas narrativas e experiências entre mulheres é crucial para os feminismos e sua atuação.

MariaLab

MariaLab se identifica como uma coletiva *hacker* brasileira, sem fins lucrativos e sem vínculo político-partidário, interessada em gênero e na interseção com tecnologias. O autocuidado digital é um de seus principais propósitos, que busca promover um intercâmbio de saberes, movendo a tecnologia para espaços feministas e levando estratégias feministas para ambientes digitais e tecnológicos. Preocupadas com a construção de ambientes seguros para mulheres, onde possam atuar como protagonistas, elas levam em conta as interseccionalidades, entendendo que "somente assim se constrói aprendizados através da troca e acúmulo de saberes entre todas" (MariaLab, 2020).

As ações da rede envolvem coletar, organizar e divulgar a produção de conhecimentos de tecnologias sob a ótica feminista. Buscam combater violências digitais com interesse na Governança da Internet. Através de materiais didáticos em diversos formatos, compartilham informações sobre tecnologias destinadas a mulheres, pessoas transgêneras e não binárias. Um vídeo em seu canal no YouTube² mostra como ocupam espaços em outras mídias sociais, discutindo projetos e perspectivas promovidas pela coletiva.

A MariaLab nasce do desejo de tornar os espaços de tecnologia mais plurais, envolvendo mais mulheres, pessoas trans e não binárias, e promovendo um pensamento e discussão interseccional que considere raça, classe social, identidade de gênero no desenho de tecnologias, sejam elas digitais ou não. Muito além da representatividade desses corpos invisibilizados, queremos propor reconstruções e reapropriações nos modos como desenvolvemos e interagimos com infraestruturas tecnológicas. Partimos do pressuposto de que a tecnologia é política e ambas podem ser feministas (MariaLab, 2020).

Na seção "Biblioteca Marialab" estão concentrados conteúdos compartilháveis relacionados à tecnologia e feminismos. Um dos pilares éticos da coletiva é a gestão da autonomia tecnológica de forma acessível para todas as pessoas, compreendendo-a como uma constelação de experiências. Nesse sentido, os materiais disponíveis no site voltam-se para guias e cartilhas de treinamento e implantação de programas de formação e cuidados digitais. Entre os conteúdos destaca-se um guia sobre como documentar casos de violência de gênero na internet de forma empática e segura, intitulado "Guia prático baseado na difusão de material íntimo sem consentimento".

Esse documento está disponível na biblioteca MariaLab e foi produzido por Aceso.online, em 2020. De acordo com a proposta, busca-se facilitar recursos para organizações da sociedade civil, ativistas e agências governamentais que lidam com casos de violência de gênero online e necessitam de orientações concretas para documentar de forma segura o acompanhamento oferecido às sobreviventes durante seu processo de denúncia.

O guia com 20 páginas, apresenta diversas abordagens para lidar com a divulgação de conteúdo íntimo sem consentimento. O foco está em cuidados pessoais, escuta ativa, busca de apoio em redes de ação, documentação segura e anônima, além de orientações sobre como realizar denúncias em plataformas digitais. O guia também aborda técnicas de anonimização para proteger as vítimas e como utilizar canais criptografados, destacando a importância do suporte técnico e jurídico no combate a esse crime.

Na MariaLab, também se concentram vários infográficos relativos ao funcionamento da internet e às infraestruturas digitais. Esses infográficos abordam cuidados com senhas, celulares e formas de ter uma comunicação mais segura. Além disso, há cartilhas práticas para a construção de redes comunitárias e instruções sobre como colocar um site no ar. Na "Cartilha de Servidoras", produzida em 2017 como parte de um projeto sobre Infraestruturas Feministas, encontram-

² Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=i6Ku-qo8Q-qM&ab_channel=MariaLab. Acesso em: setembro de 2024.

-se informações dedicadas a disseminar e incentivar a troca de conhecimentos sobre redes autônomas, *hacking* e tecnologia feminista por grupos de mulheres.

A afirmação da coletiva reforça os valores éticos feministas que constroem as narrativas neste espaço: "Queremos falar com mulheres em todas as etapas do processo, sem ignorar que a tecnologia é política." Na sequência, enfatizam: "Para nós, a tecnologia também é uma ferramenta de luta, e queremos aprender fazendo. Convidamos você a fazer parte conosco, aprender os conceitos e práticas, e criar sua própria rede comunitária itinerante" (MariaLab, 2020).

A partir das narrativas apontadas pela coletiva, destacam-se as principais práticas voltadas para cuidados digitais alinhadas à ética feminista. Primeiro, prioriza-se a formação prática de mulheres para atuar com tecnologias digitais, assegurando a autonomia tecnológica de todas, incluindo comunidades transgêneras e não binárias. Segundo, além de se preparar, busca-se preparar outras mulheres por meio de encontros presenciais e/ou online, criando e fortalecendo redes e comunidades voltadas para tecnologias feministas. Terceiro, torna-se essencial garantir o acesso a todo e qualquer material, como cartilhas, guias e treinamentos, que possam auxiliar mulheres em seu fazer tecnológico e de autocuidado. O propósito é tornar o conhecimento feminista e tecnológico compartilhável a todas, todos e todes.

Nessa direção, a coletiva MariaLab busca criar espaços politizados, caracterizados por maior autonomia e responsabilidade. Seu objetivo é promover transformações sociais para mulheres e comunidades aliadas. Além disso, utilizam linguagem inclusiva e apoiam projetos tanto em tecnologias digitais quanto presenciais. Através de um *espaço própria*³, organizam reuniões e eventos que envolvem pessoas e instituições, atendendo às demandas sociais e culturais. A rede efetiva a ocupação de territórios por meio de comunidades de mulheres que valorizam a diversidade sexual, racial e econômica.

Articuladas pelo pensamento e pela prática feminista, produzem narrativas e estratégias para a construção de conhecimento direcionado e específico sobre como agir em situações de violência. Ademais, influenciam e contribuem para a formação de redes informadas de mulheres, estimulando-as a enfrentar violências digitais em colaboração com suas comunidades de forma acessível e didática.

Considerações finais

Este artigo buscou destacar narrativas de cuidados digitais sob a ética feminista, a partir das redes organizadas em espaços online da América Latina: Ciberseguras e MariaLab. Foram identificadas estratégias de cuidados digitais embasadas em princípios feministas em ambos os casos, com o objetivo de oferecer ferramentas comunicacionais que reduzam o impacto das violências direcionadas a mulheres, embora não exclusivamente a elas.

Mostramos que as narrativas apresentadas convergem entre si, compartilhando práticas de cuidado e autocuidado digital vinculadas a noções de comunidade, acolhimento, preservação de provas, autonomia tecnológica das mulheres, compartilhamento acessível de conteúdos informativos e produção de conhecimento. Além disso, promovem a criação de contranarrativas e linguagens que contribuem para a construção de um cenário tecnológico e digital alternativo aos preceitos patriarcais.

Nesse sentido, os apontamentos mostram que a proposta da ética feminista voltada para os cuidados digitais é radicalmente avessa à lógica patriarcal. Isso se concretiza a partir de três principais aspectos: 1) socialização de informações e troca de conteúdos por meio de eventos, atividades e seminários, tanto online quanto presenciais; 2) criação de redes de autonomia tecnológica entre feministas de países da América Latina, mas não se limitando a eles; 3)

³ Expressão e linguagem utilizada por MariaLab.

busca pela redução do impacto das violências digitais contra mulheres e minorias na internet, considerando suas interseccionalidades.

Por ser a violência de gênero contra as mulheres uma situação social e cultural, entre outras estruturas produtoras de desigualdades, compreendemos que, além das demandas surgidas nos ambientes digitais, é necessário pensar na implementação prática de políticas públicas voltadas para combater as violências manifestadas nesses espaços. É crucial que as plataformas demonstrem preocupação contínua em criar recursos efetivos para o cuidado, a redução e o combate às violências, o que inclui rever suas próprias lógicas e estruturas de funcionamento. A regulamentação das plataformas seria um avanço no sentido de redução de violências contra minorias na internet.

Ressaltamos a relevância de estudos sobre ambientes na internet sob a ótica do cuidado e das perspectivas feministas. Entendemos que as práticas de combate às expressões violentas nos ambientes online atuam como extensão das lutas nos espaços presenciais, merecendo atenção especial no contexto em que as mulheres são alvo de violência. Nesse sentido, a internet pode tanto criar ambientes violentadores quanto possibilitar a formação de redes de enfrentamento a essas violências normalizadas, com o intuito de reduzir as implicações negativas sobre a experiência das mulheres em todos os aspectos da vida cotidiana.

Para concluir, pensar em iniciativas de cuidados digitais implica a criação de ambientes seguros que considerem as tecnologias e os ambientes online como lugares e artefatos que afetam direta e indiretamente as experiências das mulheres e diversidades sexuais ao se depararem com situações de violência.

Referências

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology**: Abolitionist tools for the new Jim Code. 1. ed. [S.l.]: Polity, 2019.

CASTRO, Cosette. **Cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online**: Estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência. 1. ed. Aveiro: Ria Editorial, 2021.

CIBERSEGURAS. **Ciberseguras**. 2022. Disponível em: <https://ciberseguras.org/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice**: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge: Harvard, 1982.

HINE, Christine. **Ethnography for the Internet**: Embedded, Embodied e Everyday. Londres: Bloomsbury Academic, 2015.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 42, 2018.

MARIALAB. **MariaLab**. 2020. Disponível em: <https://www.marialab.org/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MILLER, Daniel *et al.* **How the world changed social media**. London: UCL Press, 2016.

MONTIEL, Aimée Vega. Ética feminista e comunicação. **Comunicação & Informação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 3-18, 2013. DOI: 10.5216/c&i.v14i2.22441. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22441>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NATANSOHN, Graciela. O que tem a ver as tecnologias digitais com gênero? In: NATANSOHN, Graciela (org.). *Internet em código feminino: teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013.

NATANSOHN, Graciela; GOLDSMAN, Florencia. Violencia de género expandida: vigilancia y privacidad en red. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 20, n. 3, p. 378-389, 2018.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. **Cadernos Pagu**, v. 59, p. 1-30, 2020.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WALL, Martijn. **The Platform Society: public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WAJCMAN, Judy. TIC e inequidad: ganancias en red para las mujeres? **Revista Educación Y Pedagogía**, v. 24, n. 62, jan./abr. 2012.